



CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

M^ª Bernadete De Martin Rola
Diretor Geral/CMI-ES
011 - 02/05/18

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO Nº 003/2021

Procedimento Administrativo: EI/CMI-ES/GP-003/2021, Protocolo de fls. 66-V, sob o nº 009-I, de 19/01/2021.
Origem: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Itarana-ES.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, inscrita no CNPJ sob o nº 32.400.293/0001-90, com sede administrativa na Rua Paschoal Marquez, nº 75, Centro, Itarana/ES, CEP 29.620-000, representada por seu presidente **EDVAN PIOROTTI DE QUEIROZ**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 030.988.647-37 e portador do RG nº 1.095.579-ES, residente na Rua Ângelo Chiabai, s/nº, Bairro Santa Terezinha, Itarana/ES, CEP 29.620-000.

CONTRATADA: LAIS BECALI, brasileira, solteira, autônoma, inscrita no CPF sob o nº 150.607.857-50 e portadora do RG nº 3.393.716 SPTC ES, com endereço à Rua Martinho Máximo Scardua, S/N, Centro, Itarana/ES, CEP 29.620-000.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal nº 1.238/2017 que "Autoriza o Legislativo Municipal a realizar Contratação Temporária de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências", pela Lei Complementar Municipal nº 28/2018, que "Dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e carreiras dos servidores públicos da Câmara Municipal de Itarana e dá outras providências", e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada no Grupo de Apoio Técnico Administrativo da Câmara Municipal de Itarana-ES, na função de Auxiliar Legislativo e Administrativo, Carreira II, Classe A, com vencimento de R\$ 1.380,00 (mil e trezentos e oitenta reais), conforme Lei Complementar nº 28, de 28 de maio de 2018, que correrá pela dotação orçamentária 3.1.90.11.000 – Vencimentos e outras vantagens fixas.

CLAUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 30 (trinta) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 28, de 28 de maio de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.238/2017, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:

- 3.1. remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente constante no Plano de Cargos e Salários da categoria;
- 3.2. jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, percebimento de diárias, nos termos da Lei;
- 3.3. férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- 3.4. décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- 3.5. Auxílio alimentação;
- 3.6. Licenças:
 - 3.6.1. para tratamento de saúde;
 - 3.6.2. por motivo de acidente em trabalho;
 - 3.6.3. à gestante, na forma da Lei;

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA não poderá:

- 4.1. receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- 4.2. ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- 4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.



Laís Becali

[Assinatura]

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia 01 de fevereiro de 2021 e termo final em 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, conforme art. 4º da Lei Municipal 1238/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:

- 7.1. o término do prazo contratual;
- 7.2. a iniciativa da CONTRATADA;
- 7.3. a conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
- 7.4. a conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.


Itarana/ES, 28 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE:



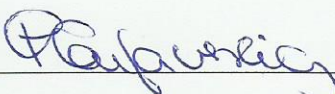
EDVAN PIORONTI DE QUEIROZ
Presidente da Câmara Municipal de Itarana/ES


CONTRATADA:



LAIS BECALI

TESTEMUNHAS:





Maruiza Cimentati Rodrigues

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO Nº 003/2021**

Publicação Nº 329464

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO Nº 003/2021

Procedimento Administrativo: EI/CMI-ES/GP-003/2021, Protocolo de fls. 66-V, sob o nº 009-I, de 19/01/2021.

Origem: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Itarana-ES.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, inscrita no CNPJ sob o nº 32.400.293/0001-90, com sede administrativa na Rua Paschoal Marquez, nº 75, Centro, Itarana/ES, CEP 29.620-000, representada por seu presidente EDVAN PIOROTTI DE QUEIROZ, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 030.988.647-37 e portador do RG nº 1.095.579-ES, residente na Rua Ângelo Chiabai, s/nº, Bairro Santa Terezinha, Itarana/ES, CEP 29.620-000.

CONTRATADA: LAIS BECALI, brasileira, solteira, autônoma, inscrita no CPF sob o nº 150.607.857-50 e portadora do RG nº 3.393.716 SPTC ES, com endereço à Rua Martinho Máximo Scardua, S/N, Centro, Itarana/ES, CEP 29.620-000.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal nº 1.238/2017 e "Autoriza o Legislativo Municipal a realizar Contratação Temporária de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências", pela Lei Complementar Municipal nº 28/2018, que "Dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos e carreiras dos servidores públicos da Câmara Municipal de Itarana e dá outras providências", e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada no Grupo de Apoio Técnico Administrativo da Câmara Municipal de Itarana-ES, na função de Auxiliar Legislativo e Administrativo, Carreira II, Classe A, com vencimento de R\$ 1.380,00 (mil e trezentos e oitenta reais), conforme Lei Complementar nº 28, de 28 de maio de 2018, que correrá pela dotação orçamentária 3.1.90.11.000 – Vencimentos e outras vantagens fixas.

CLAUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 30 (trinta) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 28, de 28 de maio de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.238/2017, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:

3.1. remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente constante no Plano de Cargos e Salários da categoria;

3.2. jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, recebimento de diárias, nos termos da Lei;

3.3. férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;

3.4. décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;

3.5. Auxílio alimentação;

3.6. Licenças:

3.6.1. para tratamento de saúde;

3.6.2. por motivo de acidente em trabalho;

3.6.3. à gestante, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA não poderá:

4.1. receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

4.2. ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.



CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia 01 de fevereiro de 2021 e termo final em 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, conforme art. 4º da Lei Municipal 1238/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:

- 7.1. o término do prazo contratual;
- 7.2. a iniciativa da CONTRATADA;
- 7.3. a conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
- 7.4. a conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 28 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE:

EDVAN PIOROTTI DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal de Itarana/ES

CONTRATADA:

LAIS BECALI

TESTEMUNHAS: _____



Art. 7º Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique o Servidor ora nomeado para que compareça perante o Departamento no prazo de 02 (dois) úteis dias contados da publicação do presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/ES, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.115/2014.

Itarana/ES, 11 de fevereiro de 2021.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

KAIYQUY DALMONECH

DIPO FREIRE DE ALMEIDA



CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO Nº 003/2021

Publicação Nº 333291

ERRATA

Referente ao Contrato Administrativo de Trabalho nº 003/2021 publicado no DOM/ES do dia 29/01/2021 – Edição nº 1695, página 614 e 615 - Câmara Municipal de Itarana/ES. Na Cláusula Primeira onde se lê: Auxiliar Legislativo e Administrativo. Lê-se: Assistente Legislativo e Administrativo.

EDVAN PIOROTTI DE QUEIROZ
Presidente

PORTARIA Nº 012/2021

Publicação Nº 333281

PORTARIA Nº 012/2021

Concede licença a servidora para tratamento de saúde.

O Presidente da Câmara Municipal de Itarana, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, especificamente,

Considerando o que dispõe o Artigo 66, Inciso I e os Artigos 68 e 70 da Lei Municipal nº 783, de 03 de julho de 2007 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Itarana-ES";

Considerando a Declaração/Atestado Médico recebido nesta Casa, protocolo de fls. 77-V, nº 041 de 10/02/2021.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ALCIANA DOS SANTOS DA SILVA, Assessora Parlamentar, por 10(dez) a partir do dia 10/02/2021, conforme declaração/atestado emitido pelo Médico Dr. Armando Saick, CRM-ES 5130